

## PROJETO MANDALLA 15 ANOS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE E ECONÔMICA ECOLÓGICA

Arthur Virgilius Braga Oliveira<sup>1</sup>

Milena Marcintha Alvez Braz<sup>2</sup>

Maria de Nazaré Moraes Soares<sup>3</sup>

### Resumo

O Projeto Mandalla (PM), criado em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará, completou 15 anos em 2022, ou seja, é uma política pública longeva e, além disso, abarca as áreas social, econômica e ambiental do semiárido cearense. É coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA) e executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE).

O projeto tem como vontade o desenvolvimento da agricultura familiar a partir de conceitos agroecológicos, trazendo à tona a economicidade e eficiência para o plantio e, de forma concomitante, a sustentabilidade. Bem como, o PM é configurado como Inovação Social (IS). Percebe-se o viés pioneiro do PM no Brasil e sua capacidade de englobar alguns objetivos projetados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir deste retrospecto, o PM é uma Política Pública apta a ser avaliada. Desta forma, este trabalho tem como ideia propor um método de avaliação da política pública que se aterá aos paradigmas avaliação em profundidade e econômico ecológica.

**Palavras-chave:** Projeto Mandalla. Avaliação de Políticas Públicas. Avaliação em profundidade. Economia Ecológica.

### Abstract

The Mandalla Project (PM), created in 2007 by the Government of the State of Ceará, completed 15 years in 2022, that is, it is a long-lasting public policy and, in addition, covers the social, economic and environmental areas of the semi-arid region of Ceará. It's coordinated by the Secretariat of Agrarian Development of the State of Ceará (SDA) and executed by the Technical Assistance and Rural Extension Company of Ceará (EMATERCE).

The project aims to develop family farming based on agroecological concepts, bringing to the fore the economy and efficiency for planting and, concomitantly, sustainability. As well, the PM is configured as Social Innovation (IS). One can see the PM's pioneering bias in Brazil and its

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Faculdade Estácio do Ceará (2011). Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Estadual do Ceará (2018). Graduado em Economia Ecológica pela Universidade Federal do Ceará (2019) (Summa Cum Laude). Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela UFC (2011). Mestre em Sociologia pela UFC (2005). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela UAB/UECE (2019). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS (2022). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Fortaleza (2000). Graduada em Tecnologia em Gestão Públicas pela UNINASSAU (2023).

<sup>3</sup> Doutora e Mestra em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC - PPAC). Especialista Gestão Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ability to encompass some objectives designed by the United Nations (UN) in its Sustainable Development Goals (SDGs).

From this retrospect, the PM is a Public Policy capable of being evaluated. In this way, this work has the idea of proposing a method of evaluating public policy that will adhere to the paradigms of in-depth evaluation and ecological economics.

**Keywords:** Mandalla Project. Evaluation Public Policy. In-depth evaluation. Ecological Economics.

## 1 INTRODUÇÃO

Para iniciar uma pesquisa é necessário partir das questões elementares inerentes a tal. Desta forma, sua conceituação é elemento base para compreender se há coerência entre teoria e objeto estudado. Com isso, coloco as perspectivas quanto ao que é Política Pública (PP). Segundo Secchi (2019),

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros. (p.5)

A abordagem de Hofling (2001) suplementa o apontamento de Secchi, desenvolvendo uma linha para além da resolução de problemas públicos, mas com áreas de responsabilidade inerentes ao Estado.

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto a implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (p.31)

Gussi e Oliveira (2016) corroboram com a perspectiva de Hofling e o amplia colocando o terceiro setor e a iniciativa privada como espaços de ação de PP. Os autores afirmam que “(...) as políticas públicas, entendidas aqui como ações objetivas do Estado, deixam de ser exclusividade do setor público e incorporam duas outras esferas decisórias: o terceiro setor e o setor privado”. (p.85)

Com este preâmbulo formatado, pode-se considerar Políticas Públicas como ações ou diretrizes elaboradas pelo Estado com o intuito de resolver um problema público ou, para além, condicionar melhorias a comunidade com o intuito de desenvolvimento social. Tais ações podem ser implementadas tanto pelo Estado, como pelo terceiro setor e/ou empresas privadas.

As Políticas Públicas trazem em seu escopo uma realização na área do espaço público com o intuito de dar solução, ou seja, resolver algum problema público, definido a partir de

demandas da população ou um construto ulterior do Estado (Chacon, 2020). A relevância de uma política pública é analisada por vários elementos tais que corroboram com sua continuidade a partir de métodos e técnicas consolidadas, como cita Secchi, “(...) análise de custo-benefício, a análise de custo-efetividade, o redesenho incremental, o mapeamento de argumentos, a análise de empatia política, os métodos participativos, as técnicas *nudge*, e muitos outros”. (2019, p.1)

Desta forma, compreende-se que a manutenção de uma política pública durante 15 anos coopta positivamente parcela significativa de pontos analíticos supracitados e, conseqüentemente, se sobressai em suas particularidades.

O Projeto Mandalla (PM), criado em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará, é uma política pública longa e, além disso, abarca as áreas social, econômica e ambiental do semiárido cearense. Assim sendo, denota-se a importância dela. Idealizado no governo de Cid Ferreira Gomes (2007-2015), o projeto tem como vontade o desenvolvimento da agricultura familiar a partir de conceitos agroecológicos, trazendo à tona a economicidade e eficiência para o plantio e, de forma concomitante, a sustentabilidade. Segundo site oficial da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA),

(...)o Projeto de Produção Integrada Mandalla Ceará tem como principal objetivo o de apoiar à agricultura familiar na atividade agrícola de produção e comercialização de alimentos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Garantindo a ocupação e renda para agricultores familiares, criando condições de permanência no campo e promovendo a inclusão no processo produtivo durante todo o ano, o projeto também visa contribuir para o resgate da dignidade humana, eliminação de desperdícios, capacitação e treinamento dos envolvidos, reintegração social, exercício da cidadania e convivência harmoniosa com o meio ambiente. (Projeto Mandalla beneficia o estado do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, 2015)

O projeto é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA) e executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE). Até o ano de 2015, o projeto Mandalla atuou em 13 territórios, tendo como aporte 92 municípios e contribuindo com 1248 famílias. Atualmente, o PM, por meio da Assistência técnica e Extensão Rural (ATER), atende a 42 municípios e beneficia 535 produtores rurais. No ano de 2022 foi aplicado o módulo I do projeto que tinha como proposta a criação de 43 mandalas até setembro nos municípios de Apuiarés, Itaitira e Paramoti. Neste novo projeto a intenção é construir 450 mandalas em 14 macrorregiões do sertão cearense.

Pesquisas foram realizadas referindo-se ao projeto e fixou-se perspectivas sobre o mesmo. Segundo Costa (2013), o Projeto Mandalla é considerado como projeto de Inovação Social (IS). Vale ressaltar que na IS

O alinhamento conceitual do termo inovação social ainda não encontrou consenso na Academia, principalmente pela dificuldade de se definir um construto único (...)

A IS é por vezes tratada como sinônimo de empreendedorismo social ou de práticas relacionadas com empresas do terceiro setor. Esse tratamento é limitado, pois exclui do escopo a ação do Estado e das empresas privadas. Entretanto, uma característica inerente a essas inovações que se apresenta explícita ou implicitamente em todas as definições da literatura, é a satisfação de necessidades das pessoas com melhoria da qualidade de vida (p.17)

Com isto, há que se considerar que independentemente das interpelações desalinhadas conceitualmente da IS, ela refere-se essencialmente a satisfação das necessidades no seio social tendo um espectro o desenvolvimento positivo. No estudo de Costa (2013), o autor compreende que o Projeto Mandalla se enquadra com a proposição essencial de IS.

Trazendo as proposições do PM e sua configuração como IS, percebe-se, também, o viés pioneiro do projeto no Brasil e sua capacidade de englobar alguns objetivos projetados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Podem ser citados a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra mudança global do clima, vida na água, vida terrestre e parcerias e meios de implementação. (ONU, 2021).

Diante do exposto o objetivo deste trabalho é propor um método de avaliação da política pública, Projeto Mandalla, que se aterá aos paradigmas avaliação em profundidade e elementos da economia ecológica.

A partir de todo preâmbulo formulado quanto ao projeto, pode se questionar, mas o que é uma mandala?

## **2 A MANDALA**

Para compreensão do projeto é necessário abordar seus elementos precípuos, ou seja, o significado do termo expresso no projeto, a mandala. Segundo Green (2005),

A expressão mandala provém de uma palavra da língua sânscrita, falada na Índia antiga, e significa, literalmente, um círculo, ainda que também (como composto de manda = essência e la = conteúdo) seja entendida como “o que contém a essência” ou “a esfera da essência” ou ainda “o círculo da essência”. (p.67)

Desta forma, pode compreender-se a mandala como qualquer objeto em disposição circular ou, de forma mais holística, um objeto circular com algum elemento essencial. Trazendo para a agricultura, o sistema mandala coopta esta estrutura circular, mas para a produção de alimentos. Para além disto, o sistema é um método cooperativo entre as plantas e sustentável. Segundo Martins *et al* (2012),

O Sistema Mandala é uma forma de produção de alimentos, onde o plantio é feito de forma circular. Neste sistema de produção, a horta é plantada em círculos concêntricos que representam a natureza, onde tudo é arredondado. Os plantios em círculos, diferentes dos desenvolvidos pela agricultura convencional, permitem às plantas se ajudarem mutuamente, trabalhando com conceitos de cortinas quebra ventos, de plantas repelentes a insetos, de plantas melíferas e uma série de segredos que a natureza nos ensina e que também colaboram com a recuperação da biodiversidade e do controle ecológico de insetos pragas assim como de doenças e plantas invasoras. (p.3)

E continua afirmando que o sistema

(..) consiste no consórcio de produção agrícola bastante difundido em pequenas comunidades rurais, cujo objetivo principal é diversificar as atividades agrícolas com a finalidade de melhorar o padrão alimentar das famílias e aumentar a renda através da introdução de tecnologia apropriada de baixo custo de produção. (p.9)

Resgatado estes pressupostos supracitados, projeto e essencialidade teórica, caso estejam *pari passu*, ou seja, a práxis em sua forma, corroborariam com os ODS colocados anteriormente e, traria por si só, capacidade de desenvolver as mais diversas áreas da sociedade cearense. Além de avaliar o comprometimento com sua base teórica, o objetivo deste trabalho é analisar também a triangulação teórica entre projeto escrito (documentos) e as ações implementadas no projeto (atuação) ou, utilizando-se dos termos de Lejano (2012), texto e contexto (Estado x Campo).

## 2.1 PROJETO MANDALLA

De 2007 até a atualidade, ou seja, com o transcorrer de 15 anos, mudanças políticas, sociais, econômicas e ambientais recaíram no mundo e, conseqüentemente, no estado do Ceará. Após duas gestões de Cid Ferreira Gomes (2007-2010/ 2011-2014) e outras duas gestões de Camilo Sobreira de Santana (2015-2018/ 2019-2022) as políticas públicas deram continuidade, mas problemas continuam inseridos no cerne da sociedade cearense. Em si, o Projeto Mandalla, apesar de sua capacidade de transformação, não pôde responder as diversas demandas impostas pela sociedade cearense. Com isso, é cabível avaliá-lo para compreender até onde ele consegue atuar e qual foi sua capacidade transformadora.

Sabendo-se desta intenção, o PM é uma política pública que atende diversas dimensões, ou seja, é multidimensional. A partir deste contexto, é importante balizar suas diversas diretrizes dentre suas ambivalentes perspectivas. Logo é salutar uma avaliação em profundidade e econômica ecológica. Principalmente, considerando todas as nuances ocorridas nos últimos anos, perfazendo-se como foi sua ação no momento pandêmico, e compreendendo as possibilidades de ação nos atores políticos.

O entrelaçamento político econômico, deturpado pela teoria neoclássica, o separando, somado as questões sociais e ambientais trazem em seu escopo uma compreensão holística dos atores sociais de um determinado espaço ou grupo e, por conseguinte, de suas ações. Ora, a complexidade social e suas ambiguidades retratam a profusão ou não dos cataclismos sociais. Desta maneira, um modelo de análise considerando as diversas variáveis imprimidas no seio social constituem uma elevada disposição, ou melhor, usando-se de uma perspectiva socrática, uma maior aproximação da verdade.

Com isso, um olhar ou análise baseado em um espectro estatístico, econométrico, positivista sem revelar os desdobramentos sociais, ambientais e políticos, não abrange outros aspectos importantes propostos no Projeto Mandalla. Sabe-se assim que uma análise interdisciplinar ou para além, multidisciplinar é necessária para compreensão das políticas públicas.

O estudo das políticas públicas no âmbito desse campo multidisciplinar tem se desenvolvido tendo como referências teóricas contribuições da área de políticas públicas tal como esta se consolidou e desenvolveu nos Estados Unidos, a qual, por sua vez, integra contribuições da Economia, da Ciência Política e da Administração (gestão). A abordagem multidisciplinar e interdisciplinar é, portanto, algo inerente à disciplina. (MARQUES & DE FARIA, 2013, p.125)

É salutar ressaltar que no início do século XX, Bertalanffy (2016) já tinha essa compreensão quando construiu a Teoria geral dos sistemas.

(...)As relações entre o homem e a máquina passam a ter importância e entram também em jogo inumeráveis problemas financeiros, econômicos, sociais e políticos. (...)Assim, são numerosos os problemas que estão surgindo na produção, no comércio e nos armamentos. Deste modo, tornou-se necessário um “enfoque sistêmico”. (p.22)

A partir das conjeturas anteriores, a análise de políticas públicas é melhor orientada ou o é adequada sendo trabalhada de forma multidisciplinar e profunda, sabendo-se das “n” searas analisadas, como já observado anteriormente no Projeto Mandalla. Além disso, após criação e aplicação de política pública, é necessária avaliá-la. A eficiência, eficácia e



efetividade são pontos que contribuem para uma boa avaliação. Entretanto, deve-se ir além, a partir de um sincretismo dialético corriqueiro para contínuo melhoramento da PP.

## 2.2 DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O modelo capitalista atual tem relevante tendência a transformar tudo em números, modelos econométricos, sistematizações de macros, enfim, a reprodução de uma sociedade baseada no capital financeirizado, essencialmente, neoliberal. Segundo Hofling (2013),

As teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade. Entre os direitos individuais, destacam-se a “propriedade privada como direito natural” (p.36)

Desta forma, as políticas públicas liberais ou, melhor dizendo, neoliberais, tem como interesse primordial a tentativa de garantir a população a propriedade privada. Entretanto, para termos um paralelo, é necessário analisar quanto ao processo de desenvolvimento e os tipos de avaliação de políticas públicas. Para além, qual dos paradigmas colocados adequar-se-á melhor ao objeto proposto.

Os termos para discorrer quanto ao processo de desenvolvimento da APP são variados. Alguns autores adotam o termo dimensão da avaliação (CAVALCANTI, 2017), outros, matrizes paradigmáticas (GUSSI, 2016), acompanhando a proposição de Mazzotti (1996) para a educação.

Na perspectiva dimensão/ geração Cavalcanti *apud* Weiss (2017) afirma que, ainda no século XIX foi “etiquetado” o primeiro estudo avaliativo estatístico em estradas e canais. (p.47) O foco desta dimensão era decisional. Segundo Cavalcanti (2017),

A primeira dimensão encontrada no conceito de avaliação, denominada de decisional aparece virtualmente em todos os conceitos analisados. Isto significa que a atividade avaliativa sempre esteve relacionada ao processo de tomada de decisão. (p.63)

A segunda geração iniciou em meados do Século XX. Momento em que vai se desenvolvendo um “corpo de conhecimento específico”, fazendo com que no campo da avaliação adentrasse cientistas sociais. Desta forma, foram criadas fundações para avaliar a administração pública e o setor privado. A partir de possíveis debilidades dos programas foi trabalhado para o uso racional dos recursos públicos e dar informações sobre os gastos públicos. Havia necessidade de controlar e justificar as políticas e programas de ação social.

Esta dimensão da avaliação foi baseada no Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento (*Planning, Programming and Budgeting System*) e é colocada como dimensão racional. Cavalcanti afirma que “intitulada de dimensão racional, se refere à importância que pouco a pouco passou a ser conferida à racionalização da decisão e dos recursos disponíveis através da utilização de critérios de eficiência, eficácia e efetividade”. (p.63)

A terceira e última dimensão é a integradora. Geração esta que se compreende na avaliação como elemento integrante, participante da política. Ou seja, é um elemento que contribui com o planejamento do projeto ou ação.

O paradigma criado por Gussi (2016) propõe um delineamento diferente. O autor subdivide avaliação em Positivista, Crítico-dialética, Construtivista e Pós-construtivista. A abordagem positivista da avaliação denota os seguintes elementos.

O paradigma positivista, advindo das Ciências Naturais, busca fazer um paralelo entre as leis da natureza e a vida social. Assim, adota um modelo fechado e linear com o intuito de verificar hipóteses previamente estabelecidas, privilegiando a objetividade na construção do conhecimento (Braga & Braga, 2014).

Tratando-se da perspectiva crítico-dialética, Silva e Silva (2018) afirma que

É um ato técnico, por se utilizar de métodos e procedimentos da pesquisa social, mas também é um ato político, por envolver sujeitos e interesses diversos e por ser orientada por intencionalidade. Com esse entendimento, percebo a Pesquisa Avaliativa numa perspectiva ampla que desempenha três funções: • Função Técnica: visa oferecer subsídios para correção de desvios do processo de implementação; indicar em que medida objetivos e mudanças ocorreram e subsidiar a elaboração ou redimensionamento de políticas e programas sociais; • Função Política: oferecer informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais, contribuindo para o controle social das políticas públicas; • Função Acadêmica: produzir conhecimento, procurando desvelar as determinações e contradições no processo das políticas públicas, os significados das políticas e programas sociais avaliados, indo da aparência à essência, e superando a descrição na busca da interpretação. (p.4)

Denota-se, claramente, que o paradigma crítico-dialético tem de veras aproximação com a conceituação de materialismo histórico dialético, umbilicalmente associada a Karl Marx e Friedrich Engels. Assim sendo, a estrutura deste paradigma tem um delineamento histórico forte para melhor captação dos elementos instrutivos da política.

A teoria construtivista, propriamente erigida por Guba e Lincoln (1994), relata que

(...)a pesquisa amparada por esse paradigma é transacional e subjetiva, pois o investigador e o objeto de pesquisa estão ligados de forma interativa. A metodologia é dialética e hermenêutica, uma vez que os resultados são construídos a partir da interpretação que se faz da relação dialógica entre o pesquisador, o objeto de pesquisa, o meio e as interações sociais. Os construtivistas têm como objetivo reconstruir a realidade, com base em novas



perspectivas, em busca de um consenso, mas sempre abertos a novas interpretações da realidade. O investigador assume um papel de participante e facilitador, postura criticada principalmente pelos positivistas e pós-positivistas que acreditam que isso compromete a objetividade e a imparcialidade que deve permear a pesquisa. (p.11)

E, por fim, a avaliação pós-construtivista deve ter em sua epistemologia uma proposição na qual

(..)deve ser extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, a permitir uma melhor apreensão da política em sua totalidade. Com isso, a autora reforça a utilização de recursos epistêmicos originários das Ciências Sociais e, em especial, da Antropologia Social, na intenção de buscar a apreender uma visão ampliada sobre a formulação e implementação das políticas. (TORRES JR., GUSSI, SILVA & NOGUEIRA, p.153)

Após informada estas trajetórias do desenvolvimento da avaliação de políticas públicas, que é importante ressaltar, há outras sistematizações, é salutar encaixar, a partir do olhar do pesquisador, qual tem maior aderência junto a prerrogativa da política pública, o Projeto Mandalla.

A partir disto, Gussi e Oliveira (2016), tendo um olhar crítico aos modelos de análise baseados pela atomização numérica, trazem a “Economia Política da Avaliação”, que segundo os autores,

(...) nos contornos dessa análise, que entende a incorporação de atores e contextos sociopolíticos e culturais nacionais, regionais e locais onde políticas se efetivam e as contradições neles inerentes, apresentam-se elementos para a construção de outro paradigma avaliativo que se configura como um *ethos* e epistemológico mais estruturado e crítico, alargando bases conceituais e metodológicas para o campo da avaliação (...). (p.93)

Como supracitado no ponto anterior, o modelo dessa avaliação de políticas públicas se atém a realização dialética sucessiva, abrangendo diversas searas, ou seja, um olhar holístico. Como reafirma Secchi (2019) no prefácio de seu livro *Análise de Políticas Públicas*, “Este livro foi escrito pensando nesse público multidisciplinar” (p. XIII). Ou seja, o autor compreende que a base dos modelos de avaliação deve estar dentro de várias áreas do saber. Por conseguinte, destoando, assim, do modelo hegemônico.

Trazendo o caráter multidisciplinar do Projeto Mandalla para a avaliação, torna-se inerente a ideia de profundidade, ou seja, a dimensão integradora ou o paradigma pós-construtivista.

### 2.3 DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

A aliança entre multidisciplinariedade e avaliação em profundidade é clara. Segundo Rodrigues (2016),

As primeiras condições para a realização de uma avaliação em profundidade, como exposto em Rodrigues (2008), foram de que a mesma conseguisse ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar. Estes elementos já situam a proposta como crítica aos modelos positivistas de análise, centrados em um saber fragmentado, disciplinar e especializado, afirmando, de outra forma, a incapacidade dos paradigmas dominantes vigentes em fornecer soluções para problemas e fenômenos cada vez mais complexos. (p.107)

Com isso, este modelo consegue compreender os vários elementos intrínsecos ao Projeto Mandalla, ou seja, economia política, meio ambiente e sociedade. Além disso, a avaliação em profundidade intrinsecamente se articula em quatro eixos. Segundo Rodrigues (2016),

A proposta de uma avaliação em profundidade toma basicamente quatro grandes eixos de análise: conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos. (p.107)

Os quatro eixos propostos por Rodrigues, apontam aspectos específicos para seguimento da análise em profundidade. A autora relata que na análise de conteúdo é necessário analisar a formulação, base conceituais e coerência interna; na análise de contexto da formulação da política tem-se levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada, o modelo político, econômico e social de sustentação da política, levantamento de outras políticas e programas aproximados; a trajetória institucional de um programa compreende a dimensão analítica de coerência e dispersão da política, analisando sua trajetória suas propostas e objetivos, os confrontando a partir de sua hierarquia institucional; e, por fim, o espectro temporal e territorial que tem por base a análise da política em si e suas particularidades regionais. (RODRIGUES,2008)

Assim sendo, os eixos colocados por Rodrigues são adequados para a proposição de estudo do Projeto Mandalla.

## 2.4 DA ECONOMIA ECOLÓGICA

A economia ecológica vem sendo debatida, mais fortemente, a partir dos anos 1960 com a explosão populacional, a industrialização e o aumento exponencial do consumo na sociedade globalizada. Porém a relação economia e ecologia é bem anterior. Segundo Klink e Alcántara (1991),

A relação entre economia e ecologia não é nova. (...) O interesse recente da consciência econômica pelas questões ecológicas é consequência lógica da superação do processo produtivo de sua base natural a partir da obra de Ricardo e Marx, que justifica uma organização econômica e umas decisões das políticas econômicas que ameaçam hoje a mesma sobrevivência. Na verdade, são ocultas as relações entre ecologia e política (KLINK E ALCÁNTARA, p.16)

Considerando aspectos debatidos sobre a relação homem e natureza, e uma preocupação quanto ao assunto, nos reportamos a David Ricardo e Karl Marx. Principalmente em Marx. Pois a Economia Ecológica consolida-se como teoria apenas nos anos 1980, com a fundação da International Society for Ecological Economics (ISEE) em 1988 e com a criação da revista *Ecological Economics* em 1989.

A Economia Ecológica é uma área crítica ao modelo neoliberal. Segundo Hauwermeiren (1999),

A economia ecológica pode-se considerar como uma crítica ecológica a economia convencional. É um novo enfoque sobre as inter-relações dinâmicas entre os sistemas econômicos e o conjunto total do sistema físico e social. (p.75)

Para Leipert (2011) a economia ecológica

Quizás la perspectiva de futuro más razonable se podría describir de forma más apropiada como como *desarrollo diferenciado*. Dicho concepto está abierto a procesos tanto de crecimiento como de contracción, dependiendo de los sectores. Estos procesos serían consecuencia de las metas sustantivas de un desarrollo económico sólido ecológica y socialmente en lugar de ser el resultado de una política de crecimiento no selectivo orientado a conseguir beneficios. ( p.154)

Leipert compreende que a economia ecológica tem como vontade um futuro mais razoável, que pode ser descrito de forma mais interessante como *desenvolvimento diferenciado*. Tendo não necessariamente um processo de crescimento intrínseco como na economia convencional, mas sim, expectativas de decrescimento e crescimento dependendo do setor.

A partir desta base crítica a economia, a análise econômica ecológica contribuirá para o construto de saberes que a mesma se propõe a trabalhar, ou seja, o caráter multidisciplinar crítico ao neoliberalismo. Segundo Ambrosini e Filippi (2009),

A opção pela base espacial, entretanto, tem consequências metodológicas. A utilização do território é uma das possibilidades pelas quais a Economia Ecológica pode estabelecer um diálogo multidisciplinar amplo, o qual incluirá questões 'próprias' da Sociologia, Antropologia, Geografia Política, Geografia Econômica e Ciência Política. (s/n)

Assim sendo, o modelo de análise a partir da Economia Ecológica é dissonante ao que está posto pelo modelo capitalista (positivista). Em tal contexto, esta pesquisa se apropriará de elementos da economia ecológica para fazer uma análise ambiental mais profunda do Projeto Mandalla.

Além disso, serão utilizados autores da Economia Política para contrastar a percepção geopolítica mundial e suas nuances, para fomentação crítica ao modelo imposto na atualidade e suas contradições (CHESNAIS, 2004; CHOMSKY, 2017; FURTADO, 2003; GUIMARÃES, 1982; MARINI, 2014; MOREIRA, 2000; SANTOS, 2012; BAMBIRRA, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2017).

Concatenando as ideias primordiais desta pesquisa, Economia Ecológica, Política Pública, multidisciplinariedade e avaliação em profundidade, concerne-se que tais perspectivas trilham em conformidade, busca-se uma pesquisa abrangente e qualitativa.

## **METODOLOGIA**

Este estudo terá como percurso metodológico uma análise qualitativa a partir de estudo de material bibliográfico. Em si, o mesmo terá feição exploratório-descritiva.

A pesquisa qualitativa é uma forma de análise muito utilizada por pesquisadores de várias searas. Segundo Godoy (1995), "hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes". (p.1). Para Flick (2009) "A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida" (p.20). Quanto a Neves (1996), na pesquisa qualitativa,

(...) faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (p.1)

A partir disso pode-se constatar que a pesquisa qualitativa é atualmente muito utilizada e se caracteriza pela interpolação entre as perspectivas do objetivo de estudo e a análise do pesquisador. Ademais, a pesquisa qualitativa tem seus pressupostos fundamentais.

Flick (2009) coloca que os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa

(...) consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de

produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos. (p.23)

Vale reafirmar que o método de avaliação será o proposto por Rodrigues (2016), ou seja, em profundidade, seguindo seus quatro eixos norteadores.

Os quatro eixos analíticos apresentados: 1) conteúdo da política e/ou do programa, contemplando: formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) trajetória institucional; 3) espectro temporal e territorial abarcado pela política/programa; e, 4) análise de contexto de formulação da política e/ou do programa são os norteadores desta proposta de avaliação em profundidade. (p.4)

Como objetos de informações da política pública analisada, serão buscados documentos oficiais produzidos pelo poder público e instituições envolvidas, no caso do Projeto Mandalla, será analisado material na Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE). Além de documentos externos a instituições governamentais, como teses, dissertações, artigos e material jornalístico. De forma mais detalhada será feito o levantamento e análise documental (análise de conteúdo) de artigos, dissertações, livros e teses sobre:

- A conjuntura econômica à época (Brasil, Ceará e Município); (Financeirização)
- Política públicas;
- Avaliação de Políticas Públicas
- Mandala
- Projeto Mandalla
- Construção de mapa e criação ou análise de shapes para captação do aspecto ambiental (QGIS) nas comunidades que receberam o projeto na cidade de Aiuaba.

Para a coleta de dados nas pesquisas de campo, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, que serão realizadas com atores sociais envolvidos, ou seja, o idealizador do projeto, membros da SDA e EMATERCE, como também, agricultores que receberam o projeto na cidade de Aiuaba.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do projeto de trabalho apresentado, acredita-se que a subjetividade do paradigma pós-construtivista da avaliação de políticas públicas, ou seja, a avaliação em profundidade compreende um vasto leque de proposições de pesquisas avaliativas. As abordagens para um novo modelo a partir do objeto que se é estudado mostra-se a abertura metodológica que a mesma se propõe. Principalmente, pela possibilidade de um maior aprofundamento nos aspectos qualitativos, mas sem esquecer dos métodos quantitativos. Tendo em vista estas menções supracitadas, propor um estudo nesse paradigma para o Projeto Mandalla na tentativa de captar os aspectos macro da ação e quantificá-los. Com um olhar mais próximo, profundo, vou utilizar métodos qualitativos e, especificamente, nas comunidades que receberam o projeto na cidade de Aiuaba, por simplesmente, não ter capacidade de trabalhar em todo território cearense.

Com o intuito de dar mais profundidade aos aspectos ambientais, vou utilizar mecanismos da Economia Ecológica, vis-à-vis de geoprocessamento, para analisar o processo de desenvolvimento da biomassa vegetal nas comunidades.

Com isto, o intuito deste projeto é abranger ainda mais os quatro eixos propostos pelo paradigma pós-construtivista, avaliação em profundidade, trazendo um aspecto ambiental recortado das frentes políticas internacionais, tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, que impõe agendas sociais, econômicas, políticas e, também, ambientais.



## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Frederico y ALCÁNTARA, Vicent. De la Economía Ambiental a la Economía Ecológica. Edición ICARIA e FUHEM, 2011.

ALMEIDA, Valter José de; FAVETTA, Leda Rodrigues de Assis. A Horta Mandala na Agrofloresta Sucessional: Uma Aliada na Restauração Ambiental, Repositório Institucional da Universidade do Rio Grande, 2012.

Ambrosini, Larissa Bueno e Filippi, Eduardo Ernesto. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E MULTIDISCIPLINARES DO “TERRITÓRIO” EM ECONOMIA ECOLÓGICA – UMA REVISÃO GEOGRÁFICA E ECONÔMICA DE ABORDAGENS TERRITORIALISTAS. Revista Economia Ensaios, UFU, 2009.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 3. Ed. Florianópolis, Insular, 2015.

BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 8 ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

BRAGA, R. S., BRAGA, A. F. S. (2014). Positivismo e construtivismo nas teorias do conhecimento, da sociedade e das organizações. (1ª Ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.

CHESSAIS, F. (Org.). Paris: La Découverte, 2004., Paris, Syros, 1996.

CHOMSKY, Noam. Quem manda no mundo? 1. Ed.: Planeta – São Paulo, 2017.

COSTA, Josimar Souza. INOVAÇÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO: O CASO DO PROJETO MANDALLA NO CEARÁ (Tese). UFC, 2013.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. -32. ed. —Companhia Editora Nacional, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GREEN, S. El Libro de los mandalas del mundo. Santiago, Chile: Océano Âmbar, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo, hoje; v.29)

GUSSI, Alcides Fernando e OLIVEIRA, B.R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HAUWERMEIREN, Saar Van. Manual de Economía Ecológica Edición Instituto de Economía Ecológica, Instituto Latinoamericano de Investigación Social, Ediciones Abya-Yala, Instituto de Estudios ecologistas del Tercer Mundo, 1999.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>.

LEIPERT, C. Los costes sociales del crecimiento económico. In: KLINK, Federico A. y ALCÁNTARA, Vicent. De la Economía Ambiental a la Economía Ecológica. Edición ICARIA e FUHEM, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 5. Ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARQUES, Eduardo. De Faria, Carlos Aurélio Pimenta (org.) – A política pública, como campo multidisciplinar – São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MARTINS, R. K.; SILVA, N.S.; FERNANDES, M. O. E BORSATO, J. M. L. S. - O SISTEMA MANDALA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. (Artigo) XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. 2012. ISSN 1983-487X

MAZZOTTI, Alda J. A. O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.96, p.15-23, fev.1996.

MOREIRA, C. A. L. Les transformations de l'investissement direct 2000. 508 p. Tese (Doutorado em Economia) - Université de Paris XIII, França, 2000.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1. 1996.

PINTO, F. A. C. F.; ALBUQUERQUE, A. P. M; RODRIGUES, C. M.; HARVEY, M. S. dos S. Os paradigmas na teoria de Egon G. Guba e Yvonna S. Lincoln (1994): a multirreferencialidade nas teses de doutorado em educação da UNISSINOS (2013 a 2018). Research, Society and Development, v. 11, n. 1, e53611125219, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25219>

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

Projeto Mandalla beneficia o estado do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Agrário – DAS, 2015. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2015/12/07/projeto-mandalla-beneficia-o-estado-do-ceara/> Acesso: 02 de fevereiro de 2022

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. Artigos Inéditos. Aval - Revista Avaliação de Políticas Públicas, 2008. <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/3>

SANTOS, R. S. P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. Artigo. Revista Conflitos do Campo no Brasil. Goiânia-GO. 2012

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas – Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage, 2019.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. FORMULANDO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA COM FOCO NA PARTICIPAÇÃO ENQUANTO MODALIDADE DE PESQUISA AVALIATIVA: uma contribuição da teoria crítica para avaliação de políticas e programas sociais, 2018. 56º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Salamanca (Espanha) no período de 15 a 20 de julho de 2018

TORRES Jr., Paulo; GUSSI, Alcides Fernando; DA SILVA, Paulo Júnior Barbosa & NOGUEIRA, Tiago Amorim. Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 5, n. 2, ago./2020, pp. 147-170.